

## **EDITORIAL**

### **A POLÍTICA NEOLIBERAL DE DESPOLITIZAÇÃO DOS ANTAGONISMOS DE CLASSE THE (NEO)LIBERAL DEPOLITICIZE POLICY OF THE CLASS ANTAGONISM**

Fenômenos de alienação e fetichismo vêm caracterizando as mais distintas sociedades desde tempos imemoriais. Esses fenômenos aflorados já nas sociedades ditas *primitivas* são característicos das sociedades estamentais e de castas e recorrentemente aparecem ligados à presença de várias formas de exploração/subordinação, bem como a algum tipo de dialética articuladora da esfera pública com a doméstica ou privada. Quanto a este ponto, observamos que, através dos tempos, uma característica do setor público é a de implicar a sociedade como ser genérico, o inverso da dimensão privada que busca situar-se como apanágio reservado de indivíduos ou grupos, os quais procuram manter boa parte de suas atividades fora da **visão** e, sobretudo, do **arbitrio** da esfera pública.

Paradoxalmente, é na sociedade capitalista, denominada de *livre*, que fenômenos dessa natureza adquirem importância e universalidade em muitos aspectos inaudita. Dessa forma, esta temática, ainda que sob paradigmas de análise distintos ou radicalmente distintos, encontra-se presente nas principais teorias sobre a sociedade moderna e ocupa um lugar central nas análises efetuadas por Marx e Engels.

A alienação do trabalho, o fetichismo da mercadoria e a democracia podem ser considerados os acontecimentos fundamentais desta ordem de fenômenos.

Nas sociedades de *classes*, a apropriação do excedente econômico por parte de grupos restritos sempre foi uma questão decisiva para a organização social. Nas sociedades de *classes* não capitalistas, a

organização econômica requeria que o Estado das classes dominantes, autopropalado como a **esfera pública** – e que efetivamente concentra variavelmente certas determinantes públicas – se apresentasse diretamente como responsável pelas funções de apropriação. Isto ocorria por meio da manutenção de um contingente de trabalho escravo ou servil **abertamente** submetido a domínio e exploração, o que usualmente se combinava com cobrança de taxas e corvéias dentre outras formas.

Em decorrência dessas características da alienação do trabalho, os Estados não capitalistas apresentavam-se francamente como monopólios das classes dominantes, e jamais tiveram condições para impostarem-se como democráticos. Isto inclui a república romana da qual deriva boa parte da inspiração das repúblicas atuais. A exceção relativa foi a **polis grega**, uma vez que ali, ao lado da massa escravizada e completamente excluída, floresceu um significativo contingente de trabalhadores autônomos, que num dado momento exigiu uma *democracia* dos homens livres, embora continuassem indiretamente a beneficiar-se da escravidão.

O desenvolvimento da economia capitalista criou as condições objetivas imprescindíveis para modificar esse curso histórico. São três os determinantes fundamentais dessa modificação: a generalização do trabalho assalariado ou livre e a concomitante constituição do mercado de trabalho; o deslocamento das responsabilidades e mecanismos de apropriação do excedente econômico da esfera Estatal para a privada; a generalização do regime de produção de mercadorias em âmbito mundial sob a égide do fetichismo da mercadoria.

O resultado dessas transformações consiste possivelmente na consubstanciação de um sistema de ocultação da realidade social com poderes jamais vistos. As formas de submissão aberta dos trabalhadores foram modificadas, o que gerou liberdades insólitas. No entanto, essas liberdades são bastante limitadas, embora o trabalhador apareça à superfície da estrutura social como completamente livre. Os trabalhadores continuam sendo expropriados, mas para a sociedade aparece como se o trabalho fosse retribuído por meio dos salários. O sistema de economia mundo, pela primeira vez, faz com que as relações sociais concretas entre os homens tenham uma expressão planetária. No entanto, essas relações aparecem sob a forma fantasmagórica de uma relação entre objetos, cuja regulação surge como uma força natural e que de fato ocorre à revelia dos próprios homens. A sociedade capitalista apenas pode sobreviver em virtude da onipresença da repressão armada sobre os trabalhadores, real ou latente, propiciada

pelo Estado. No entanto, o deslocamento para a esfera privada da responsabilidade imediata pelo bombeamento do excedente econômico pelas classes dominantes, permite ao Estado aparecer como isento em relação à violência expropriadora e, mais ainda, permite-lhe aparecer como o guardião da ordem social frente às tendências anárquicas pressupostamente imanentes ao estado de natureza, ou a algum outro sucedâneo conceitual conexo.

A emersão histórica deste esquema de realização do metabolismo social não alterou o desdobramento da tendência à oligarquização da esfera pública (Estado) intrínseca à burguesia ou à aristocracia aburguesada. Entretanto, quando a tremenda pressão das massas populares - emblematicamente situada nas revoluções americana e francesa - clamou por uma maior participação na sociedade, as novas condições econômicas objetivas possibilitaram às classes dominantes promover uma metamorfose no modo de operarem sua hegemonia política. Para tanto, inspiraram-se principalmente na velha Roma, criando, deste modo, as repúblicas modernas, às quais, no entanto, com o tempo, preferiram denominar auto laudatoriamente de democracias, dilatando com isto, e de modo muito notável, o complexo de alienações, fetichismos ou fantasmagorias protetores do *status quo*, característicos desta sociedade.

Dessa forma, apontamos tendências fundamentais da ordem social assim constituída. O direito à participação nos assuntos do Estado e, em alguma medida, na esfera pública, torna-se universal, permitindo à maioria da população anteriormente excluída, ingressar legalmente na vida política, o que constitui fato social extraordinário. Essa participação, porém, não ocorre segundo o preceito democrático do *demo*, mas segundo uma modalidade inovadora de **representação política**, de tipo senatorial e republicano. A totalidade da vida social passa por um amplo processo de privatização. Mas, o ingresso das massas populares na vida política via a *democracia* - o que aparece exatamente como o inverso da privatização-, não altera significativamente o sistema de apropriação do excedente econômico, que se encontra situado na esfera privada sob responsabilidade imediata da empresa capitalista. A universalização da participação política, segundo o princípio da representação, segue trajetória inversa à qualidade e estatuto da própria política, uma vez que esta é consideravelmente esvaziada de sua dimensão efetivamente **pública**, ao mesmo tempo em que preserva o seu clássico caráter oligárquico ou propriamente estatal, inerente às sociedades de classes.

Por mais que as classes dominantes tenham tido sucesso nessa política que visava a recomposição e preservação de sua hegemonia, essa flexão histórica não está isenta de conquistas reais dos trabalhadores e tampouco de perigos. Em si mesma essa flexão já foi o resultado da luta social suscitada pelos antagonismos de classes. E são os antagonismos de classes, bem como sua intensidade variável, que vêm delineando o seu tônus e marcos evolutivos. Em que pese a eficácia da maquinaria reprodutora da hegemonia, de vez em quando o sistema republicano possibilita a instalação no Estado de forças anti-hegemônicas agressivas, quando então se coloca às classes dominantes a necessidade de apelarem para as atividades corretivas dos generais ou então arriscarem-se a que a Ordem efetivamente desande.

Esse processo, praticamente inaugurado com os eventos das revoluções americana e francesa, pode ser visto como uma luta histórica inconclusa entre duas grandes forças políticas opostas. De um lado, estão as forças da Ordem que buscam resguardar o império do privado e seu concomitante cortejo de apanágios, segredos e opacidades, inclusive no âmbito do Estado. Do outro, as forças anti-hegemônicas que lutam tanto por avançar na participação política, quanto por ampliar o alcance social e a qualidade da política pública fato que, usualmente, exige a elevação dos assuntos relevantes à estatura de temas universais, e que requerem soluções universais, ao menos no âmbito do estado-nação.

A evolução dos direitos públicos, conhecidos como direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, pontuam a trajetória do entrelaço entre essas forças. Uma parte dos direitos civis é constitutiva da sociedade capitalista e orgânica ao funcionamento dos mercados e do sistema jurídico. Parte deles, porém, é tipicamente o resultado das demandas históricas apresentadas pelos trabalhadores na arena política. O fato de que os direitos tenham se configurado no transcurso do tempo na ordem apresentada, contribuiu para sedimentar uma outra grande fantasmagoria que povoa o imaginário da ordem social, isto é, a disseminação de uma idéia de progresso como evolução social infinitamente ascendente, o que no campo dos direitos públicos ensejam uma idéia igualmente ilusória de aperfeiçoamento democrático permanente.

O período 1950 a 1970 funcionou como uma espécie de corolário dessa visão evolucionista do progresso social, uma vez que esse foi um período de relativo brilho da esfera pública, bem como dos direitos públicos.

Os países europeus saíram combalidos da grande guerra e os trabalhadores agitados. A URSS e o universo socialista que se expandira subitamente apareciam como uma força anticapitalista e como concorrentes geopolíticos. Na periferia capitalista, o que sobrara do neocolonialismo desmoronava, os imperialismos estavam sob pressão popular e governos reformistas desenvolvimentistas surgiram por toda parte. A política de enfrentamento com o que se afigurava uma alternativa sistêmica, a chamada guerra fria, tinha que ser travada nos planos nacional e internacional, e exigia não apenas uma ampla politização do assunto como também o envolvimento da esfera pública.

Nesse quadro os trabalhadores avançaram sobre o terreno da politização e das políticas públicas positivas (*welfare*). A social democracia floresceu e a arena política mediou projetos e contendas sociais. Os sindicatos e outras organizações populares, secularmente perseguidos ou refreados sob inúmeras formas, conquistaram novas liberdades civis e políticas e suscitaram importantes negociações públicas com o Estado e as empresas, como contratos coletivos dentre outras. A pressão interna das massas trabalhadoras, na presença de uma geopolítica mundial alternativa ao capitalismo, aparentemente expansiva e portadora de um projeto social com poder de sedução, conduziu a certa distribuição do excedente econômico. Esta distribuição se realizou ao mesmo tempo por via direta e indireta. Por via direta na elevação significativa dos proventos dos trabalhadores em salários. Por via indireta no estabelecimento de direitos sociais universais, dentre os quais pontificam a educação pública em todos os níveis de ensino, a saúde pública, a previdência pública, dentre vários outros.

Em suma, este foi um período em que em vários segmentos a vida dos trabalhadores melhorou e se politizou e, também, a deliberação política republicana adquiriu um caráter bem mais substantivo, uma vez que tomou decisões nevrálgicas sobre as condições de vida dos trabalhadores. Esses fatos não foram capazes de alterar o padrão existente de acumulação do excedente econômico, que prosseguiu firmemente em mãos das empresas privadas. No entanto, foi suficiente para alterar a distribuição de suas partes em benefício dos trabalhadores. O resultado dessa política social era tão claro quão pouco satisfatório para as classes dominantes. De um lado, o exercício do poder político situava-se algo para além da mera retórica e ritualística democrática dando concretude a políticas públicas importantes. De outro lado, esta politização e *publicização* da vida social colocavam a possibilidade, e

tão apenas a possibilidade, de que o conflito social, em geral contido na instância privada – como, por exemplo, as clássicas greves salariais setoriais-, viessem a transitar recorrentemente por formas universais e muito mais visíveis, implicando a totalidade do Estado-nação e eventualmente os seus próprios fundamentos organizacionais.

A política do *welfare* que comportou também relativo concertamento com as forças populares, não se reeditou pelos anos 1970 afora, muito ao contrário. O transcurso da década mostrou prontamente que as classes dominantes estavam empenhadas numa política, logo conhecida como neoliberalismo, que exigia uma espécie de *devolução* dos mais importantes direitos públicos que os trabalhadores haviam conquistado.

Como não poderia deixar de ser, o cerne da questão era uma vez mais a apropriação do excedente econômico. O ataque à relativa distribuição do excedente realizada no período anterior utilizou igualmente meios diretos e indiretos. Diretamente foi instalada uma estratégia de erosão salarial da massa trabalhadora, o que inevitavelmente tinha que produzir um curso inverso de elevação dos rendimentos da burguesia e das hostes de funcionários do capital, acontecimento que é enunciado cotidianamente pela mídia e pelos organismos financeiros sob a rubrica naturalística de *concentração de renda*. Indiretamente, os alvos foram a planificação social, os direitos públicos em geral - os sindicatos voltam a ser perseguidos e retrocedem os direitos civis - e particularmente os direitos sociais. Sistemática e persistentemente investiu-se no desmonte da educação, previdência e saúde públicas, assim como na liquidação das leis ou normas trabalhistas protetoras e relativamente reguladoras do mercado de trabalho.

Não é o caso aqui de enumerarmos as razões que se urdiram para a ativação dessa política. Contudo, vale assinalar que uma delas, e possivelmente a mais importante, foi a fragilização das classes trabalhadoras que foram incapazes de fazer frente adequadamente a essas políticas, embora a resistência a elas tenha sido mais ou menos geral e com resultados desiguais segundo os Estados. O enfraquecimento político dos trabalhadores e suas organizações é fato igualmente complexo, contudo, certamente a decadência, e depois derrocada do mundo socialista, bem como a crise paradigmática do movimento socialista constituam uma chave determinante desse acontecimento.

A generalização de privatizações é a marca mais evidente da política neoliberal: privatização da educação, da saúde, das atividades

empresariais estatais, dos serviços públicos. Toda essa atividade conflui para dar a essa política uma feição predominante de intervenção econômica. E o econômico é certamente um *leitmotiv* dessa política, uma vez que a ocupação dessas áreas diretamente pelo capital representa a abertura de uma importante fronteira endógena, quando as fronteiras planetárias externas ao sistema estão praticamente esgotadas. Entretanto, devemos considerar a importante inflexão política e ideológica que discorre paralelamente a essa ação econômica.

Esta inflexão realizada no terreno da organização da hegemonia propicia apoio inequívoco às ações (re)apropriadoras do excedente. Essa inflexão visa facilitar a aceitação por parte dos trabalhadores do duro ônus que está sendo imposto a suas condições de vida. Porém, certamente ela significa também de parte dos administradores sociais das elites dominantes, a busca de um outro padrão de controle social, uma vez que o desenvolvimento geral do modelo do *welfare* é incompatível com o desenvolvimento do capital.

O que as classes dominantes passam a perseguir neste terreno não é novo. Esquemáticamente podemos dizer que elas buscam obter uma privatização ou (re)privatização geral dos processos determinantes na sociedade e no Estado à semelhança do que vigia no período anterior ao *welfare*. Portanto, é mais que simples coincidência o fato de que no tópico da apropriação, por exemplo, os rendimentos da burguesia americana, *lato senso* considerados, estejam agora depois de longo período de recuperação turbinados pelo neoliberalismo, nos mais altos patamares já alcançados, que eram os vigentes quando se precipitou a grande depressão na década de 1930.

O que é até certo ponto nova é a metodologia pela qual se busca concretizar essa política. Talvez possamos sintetizá-la nos seguintes termos. O movimento de amputação da dimensão política efetivamente pública na sociedade, portanto de esvaziamento real das determinantes democráticas presentes na vida política republicana, transcorre concomitantemente com a sua glorificação pública e um aparente empenho, corroborado por um conjunto apreciável de ações, em sua difusão e aperfeiçoamento.

O Estado é enxugado em nome da racionalidade democrática e administrativa. É enxugado da política de planificação social e das políticas públicas de extração popular de caráter universal. Abstraído desses conteúdos, se oligarquiza, se (des)politiza e se aproxima da idéia de que não é muito mais do que *um comitê para gerir os negócios da*

*burguesia* – observe-se como ilustração a fastidiosa polêmica sobre a conveniência ou não do banco central do Estado-nação ser autônomo. Em contrapartida, juntamente com toda a esfera política oficial, o Estado expõe sua preocupação e empenho com a democratização e a participação cidadã. Os partidos políticos se reformam para melhorá-las (ROMERO), não raro travestidos de organizações populares. Os municípios engendram novos modos de possibilitar a participação democrática, como os orçamentos participativos (SANTOS), e os diversos tipos de parcerias com vários sujeitos da sociedade civil (MARTINS).

Outras modalidades de democratização cidadã irradiam-se pelas distintas instâncias da sociedade civil ou política. Na escola são instaurados sistemas de gestão democrática segundo variantes de organização de tipo parlamentar. E, nas empresas os trabalhadores são incitados a participar das deliberações sobre o processo produtivo. Entrementes, as novas formas de organização do trabalho empenham-se em extrair o máximo de adesão e de energias dos trabalhadores (ALVES), e as políticas trabalhistas conduzem à precarização do trabalho, denominada segundo a *nova visão democrática* de flexibilização do mercado de trabalho.

A privatização tem seu ícone supremo na empresa capitalista, que é louvada por todas as virtudes. Contudo, como nem toda atividade social pode ser empresarial e tipicamente capitalista, outras formas privadas de organização emergiram ou foram estimuladas pelo mundo oficial e, tanto quanto possível, funções públicas exercidas pelo Estado são transferidas para organizações privadas, empresariais ou outras, as quais usualmente operam sob o signo da democratização ou participação da sociedade civil. Desenvolve-se, assim, o universo do terceiro setor (GOMES), constituído pelos mais diversos tipos de ONGs e cooperativas, a responsabilidade social das empresas, bem como de outros tipos de organizações, agências reguladoras, *organizações sociais* e várias outras (GONÇALVES; DESIDERIO; GUTIERREZ).

Como nem tudo que está sob o abrigo das políticas públicas generalizadoras pode ser abandonado, o Estado as substitui pelas chamadas políticas de *focalização*, cujo implemento é também, tanto quanto possível, privatizado. Surgem, assim, os programas focalizados como as várias bolsas de auxílios, as cotas étnicas, bolsa escolas, dentre outras.

Ainda, no contexto das limitações da atividade privada típica,

encontramos a chamada descentralização do Estado, que frequentemente transfere para instâncias estaduais ou municipais o que antes era de responsabilidade federal. Essas operações são empreendidas também em nome da racionalidade administrativa e da democratização. Mas, de fato, são desconcentrações das responsabilidades Estatais, particularmente no que diz respeito a suas responsabilidades públicas reais ou virtuais ou, dito de outro modo, são formas de fragmentação e de mascaramento de suas responsabilidades.

Não é nosso propósito inventariar as ações do neoliberalismo, o que vem sendo saturado pela atividade reflexiva, mas sim chamar a atenção para a hipótese enunciada. O suposto dessa hipótese é que ademais de ter como base um padrão inovado de (re) apropriação do excedente econômico, a política neoliberal visa instaurar um padrão igualmente inovado de controle social, uma reorganização da operatória de sua hegemonia segundo um caminho distinto do que foi praticado no período de 1950 a 1970. No âmago deste novo padrão de controle sobressai o empenho em (des)politizar a política, o empenho em fazer com que os antagonismos estruturais de classe não adquiram formas políticas, especialmente em âmbito nacional/internacional.

A preservação da tecnologia republicana ou *democrática* de governo, entretanto, não é compatível com um processo franco de (des) politização generalizada, o que solaparia seus próprios fundamentos políticos. Assim, é necessário que a realidade se apresente ao público, em especial às massas populares, como o seu inverso, ou seja, como politização ativa democrática. Dessa forma, os elementos democráticos presentes na república, a denominada *democracia*, são ao mesmo tempo degradados realmente e glorificados abstratamente, num processo fetichista de estatura mundial que se emparelha aos processos não menos fetichistas de endeusamento do dinheiro e dos mercados. Os mecanismos dessa operatória talvez não sejam novos, mas vem sendo implementados com nova pujança e criatividade: hiper segmentação do mercado de trabalho; desmonte das mais importantes políticas públicas de caráter democratizante; desconcentração da máquina do Estado e concomitante fragmentação de suas responsabilidades públicas; privatização generalizada; abandono da planificação social e econômica de alto nível, oligarquização do Estado, ou dito numa chave hegemônica, a produção turbinada dos fetichismos e alienações típicos da sociedade de classes sob a égide de produtores/mercadores privados independentes numa era de economia *mundializada* sob a égide neoliberal.

No entanto, iniciado o presente século o neoliberalismo começou a ser cada vez mais questionado prática e ideologicamente. Importantes setores populares na periferia e mesmo no centro do mundo, puseram-se literalmente em marcha contra aspectos das políticas neoliberais e inclusive contra governos inteiros. Na França, tornaram-se notórios e sintomáticos os fatos promovidos por estudantes e populações das periferias citadinas. Na Venezuela há o fenômeno de um governo autopropalado bolivariano e que ousa *enfrentar* os interesses norte-americanos. Na Bolívia um líder popular apresentado até outro dia pela mídia depreciativamente como *cocaleiro*, elege-se presidente em meio a uma rebelião popular e implementa programa de nacionalizações reputado pelos ideólogos neoliberais de anti-diluviano. A massa trabalhadora, profundamente descontente com as políticas neoliberais, praticamente depôs presidentes no Equador, Bolívia e Argentina. Concomitantemente, os trabalhadores vêm buscando novas formas de intervenção na vida política e social, inclusive com o desenvolvimento de ações práticas no setor da produção, com a instauração de diversas formas autônomas de trabalho associado, como ocorre na Argentina com as fábricas *Recuperadas* (REBÓN et. al.), e no Brasil com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, dentre outros possíveis exemplos.

Em suma, diversos acontecimentos transcorridos em âmbito internacional sugerem que o caráter aparentemente incontrastável do neoliberalismo, que se fazia acompanhar de uma igualmente insuperável abulia da massa de trabalhadores, é mais uma das fantasmagorias que povoaram e ainda povoam em parte o universo neoliberal.

Candido Giraldez Vieitez  
Neusa Maria Dal Ri  
*Editores*